



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEPE

RIO GRANDE DO SUL

www.saosepe.rs.gov.br

DECRETO Nº 4.413, DE 19 DE SETEMBRO DE 2023

DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA
NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS
POR CHUVAS INTENSAS (COBRADE –
1.3.2.1.4).

JOÃO LUIZ DOS SANTOS VARGAS, Prefeito Municipal de São Sepé - RS,
no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Inciso VI do
artigo 8º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012;

CONSIDERANDO:

I - Que fortes temporais com chuvas intensas atingiram a região, numa média
de 400 mm de chuva, em especial o Município de São Sepé, nos dias 11 a 15.09.2023;

II - Que em decorrência dessas intempéries ocorreram danos materiais e
prejuízos econômicos e sociais:

- Estradas e pontes danificadas no interior do Município, isolamento de
comunidades, transbordamento de rios, conforme levantamento efetuado pela Secretaria
Municipal de Infraestrutura;

- Interrupção de aulas, suspensão de transporte intermunicipal, entre outros
transtornos de menor repercussão.

III – O evento trouxe significativos prejuízos as culturas de trigo e aveia, além
de lixiviamento de estradas e lavouras;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada Situação de Emergência no Município de São Sepé, em
virtude do desastre classificado e codificado como Chuvas Intensas - COBRADE – 1.3.2.1.4.

Art. 2º Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem
sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, nas ações de resposta ao
desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da
Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil,
diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

- I – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público,
assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEPE

RIO GRANDE DO SUL

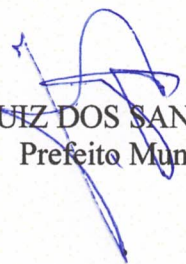
www.saosepe.rs.gov.br

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.


Art. 4º Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 19 de setembro de 2023.


JOÃO LUIZ DOS SANTOS VARGAS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.


GABRIEL PACHECO LEÃO
Diretor Geral do Escritório de Governo

*Publicado no Mural Oficial,
conforme Lei nº 3.303, de 20.4.2012.
em 19/09/2023.*

Sandro M. B.